

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 548.748 - SP (2019/0357641-1)**

**RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI**  
**IMPETRANTE : RUDIMAR MENDES DE CARVALHO JUNIOR**  
**ADVOGADO : RUDIMAR MENDES DE CARVALHO JUNIOR - SP283136**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : JOSE ROGERIO PIMENTEL LOPES (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de JOSE ROGERIO PIMENTEL LOPES, na qual se pretende a revisão de decisão monocrática de Integrante do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - HC n. 2240274-27.2019.8.26.0000, que indeferiu pleito liminar em *writ* impetrado na mencionada Corte.

Noticiam os autos que o paciente foi condenado à pena de 6 (seis) anos de reclusão, no regime inicial fechado, mais pagamento de 600 (seiscentos) dias-multa, como incurso no artigo 33 da Lei 11.343/2006, tendo-lhe sido concedido o direito de recorrer em liberdade desde que continuasse cumprindo as medidas cautelares anteriormente determinadas, sem prejuízo do julgamento do recurso em sentido estrito interposto pela acusação.

Inconformada, a defesa apelou, estando o recurso pendente de julgamento.

Sobreveio o julgamento do recurso em sentido estrito, que foi provido para decretar a custódia cautelar do réu.

Buscando a revogação da custódia, foi impetrado prévio *writ* na origem, cujo pedido liminar foi indeferido.

Sustenta o impetrante que o recurso em sentido estrito, em detrimento da pendência do julgamento do recurso de apelação, aliado ao fato de o paciente haver respondido ao processo em liberdade com bom comportamento, deveria ser afastado como única justificativa da prisão.

Aduz que o acusado estava cumprindo as medidas cautelares que lhe foram impostas, o que reforçaria a desnecessidade da segregação antecipada.

Realça as condições pessoais favoráveis do réu, que seria primário, de bons antecedentes, com ocupação lícita e residência fixa, predcados que lhe garantiriam o direito de responder à ação penal em liberdade.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem constitucional para que seja revogada a prisão cautelar, deferindo-lhe o direito de permanecer em liberdade até o trânsito em julgado da ação penal, expedindo-se alvará de soltura.

É o relatório.

Este Superior Tribunal de Justiça, "*na esteira da Súmula n. 691 do Supremo Tribunal Federal, aplicável por analogia, entende que não cabe habeas corpus contra decisão que indefere liminar na origem*" (AgRg no HC 417.895/TO, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 17/10/2017, DJe 23/10/2017).

# Superior Tribunal de Justiça

E, da análise da documentação acostada aos autos, verifica-se que não está caracterizada flagrante ilegalidade suficiente para superar o óbice do referido enunciado sumular, tendo em vista que a decisão objurgada não se mostrou teratológica, restando fundamentada a negativa do pleito liminar.

Com efeito, o Desembargador Relator consignou que a liminar em *habeas corpus* "é cabível quando o constrangimento ilegal é manifesto e constatado de plano, pelo exame sumário da inicial, o que não ocorre no presente caso, impossibilitando a análise cuidadosa dos fatos e documentos para identificar o *periculum in mora* e o *fumus boni juris*, que por ora não vislumbro", sendo que, "não há como saber a real situação processual do Paciente, sendo indispensáveis informações da autoridade judiciária apontada como coatora para o exame da pretensão" (e-STJ fls. 9-10).

Desta forma, não se constata qualquer vício na negativa do pleito liminar formulado no *mandamus* originário, sendo certo que o revolvimento das questões nele aventadas e aqui reiteradas certamente acarretaria a indevida supressão de instância, pois serão alvo de exame oportuno na Corte de Justiça indicada como coatora quando do julgamento do seu mérito.

Ante o exposto, com fundamento no artigo 210 do Regimento Interno deste Superior Tribunal de Justiça, **indefer-se liminarmente** o presente *habeas corpus*.

Publique-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

Ministro Jorge Mussi  
Relator